

# DO DESEMPREGO ESTRUTURAL AO TRABALHO INFORMAL: UMA ALTERNATIVA DE SOBREVIVÊNCIA NA CIDADE DE CURITIBA

*FROM STRUCTURAL UNEMPLOYMENT TO INFORMAL WORK: AN ALTERNATIVE FOR  
SURVIVAL IN THE CITY OF CURITIBA*

*DEL DESEMPLEO ESTRUCTURAL AL TRABAJO INFORMAL: UNA ALTERNATIVA DE  
SUPERVIVENCIA EN LA CIUDAD DE CURITIBA*

Diego Eduardo Batista Ivasco<sup>1</sup>  
Patrícia Tatiana Cota e Sene<sup>2</sup>

## Resumo

Este ensaio aborda a relação entre desemprego estrutural e trabalho informal para demonstrar como este se tornou alternativa de sobrevivência na cidade de Curitiba. O estudo analisa a origem da categoria *questão social* e o desemprego estrutural como uma das suas expressões, causada pelo avanço do neoliberalismo no Brasil, bem como pelo processo de exploração da classe trabalhadora. Para compreensão de como se tornou alternativa de sobrevivência, a informalidade precisa ser examinada como nova roupagem neoliberal. Portanto, recorre-se a pesquisas bibliográfica e de campo para desvelar os condicionantes gerados pelo desemprego estrutural. Conclui-se que o sistema político-econômico vigente enfraquece os direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988, por flexibilizarem acordos de trabalho que fragilizam as proteções legais dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; políticas públicas; direitos sociais.

## Abstract

This essay approaches the relationship between structural unemployment and informal work to demonstrate how this has become an alternative for survival in the city of Curitiba. The study analyzes the origin of the *social question* category and structural unemployment as one of its expressions, caused by the advance of neoliberalism in Brazil, as well as by the process of working-class exploitation. To understand how it has become an alternative for survival, informality needs to be examined as a new neoliberal guise. Therefore, it resorts to bibliographic and field research to unveil the conditions generated by structural unemployment. It concludes that the political-economic system in force weakens the social rights guaranteed in the Federal Constitution of 1988, by making labor agreements more flexible and weakening the legal protections of workers.

**Keywords:** neoliberalism; public policies; social rights.

## Resumen

Este ensayo trata la relación entre desempleo estructural y trabajo informal para demostrar como este se volvió una alternativa de supervivencia en la ciudad de Curitiba. El estudio analiza el origen de la categoría *cuestión social* y el desempleo estructural como una de sus expresiones, causada por el avance del neoliberalismo en Brasil, así como por el proceso de explotación de la clase trabajadora. Para comprender cómo se volvió alternativa de supervivencia, la informalidad necesita ser examinada como nuevo ropaje neoliberal. Por lo tanto, se recurre a investigación bibliográfica y de campo para develar los condicionamientos generados por el desempleo estructural. Se concluye que el sistema político-económico vigente debilita los derechos sociales garantizados en la Constitución Federal de 1988, por cuanto se flexibilizan contratos de trabajo, lo que fragiliza las protecciones legales de los trabajadores.

---

<sup>1</sup>Discente do 8º período do curso de bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Uninter. Membro dos projetos de pesquisa: A Gestão na Dinâmica do Terceiro Setor e Análise dos avanços e desafios do controle social, orçamento público e operacionalização da rede intersetorial nas políticas públicas de seguridade social  
diegoivasco29@gmail.com.

<sup>2</sup>Discente do 7º período do curso de bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Uninter

**Palabras-clave:** neoliberalismo; políticas públicas; derechos sociales.

## 1 Introdução

Norteia este trabalho a seguinte pergunta: *a qual alternativa de sobrevivência a população de Curitiba recorre diante da falta de trabalho formal?*

O objetivo geral é analisar o trabalho informal em Curitiba. Os objetivos específicos são: conceituar a questão social, o desemprego estrutural e o trabalho informal. Além disso, apresentar a nova roupagem do trabalho e explicar como se tornou alternativa de sobrevivência para os trabalhadores na cidade.

O tema é relevante para entendermos como o trabalhador buscou novas alternativas de trabalho e como a informalidade se tornou o meio para manter sua subsistência.

Para tanto, recorre-se às pesquisas bibliográfica (livros, artigos científicos, sites oficiais) e de campo para fundamentar o assunto pesquisado. O trabalho parte do principal objeto de intervenção dos assistentes sociais: a Questão Social. Veremos como esta, desde sua gênese, ainda se baseia na luta de classes e na contradição entre capital x trabalho.

## 2 Questão social

Para discutir a questão social é indispensável abordar os modos de produção que influenciaram a maneira de perceber e enfrentar as expressões dessa questão. Segundo Marx (1996, p. 23), os modos de produção são “a forma como o indivíduo desenvolve e aperfeiçoa a busca por alimentos e outros bens para suprir sua necessidade se apresenta diferente em cada período histórico”.

Desde a segunda metade do século XVIII, o modo de produção vigente é o capitalismo. O capitalismo, segundo Marx e Engels (1955, p. 16), citado por Gorender e Almeida (1961, p.) tem as seguintes características:

Modo de produção capitalista (MPC) repousa no fato de que as condições materiais da produção se encontram nas mãos dos que não trabalham, sob a forma de propriedade do capital e propriedade do solo, ao passo que a massa possui apenas a condição pessoal da produção — a força de trabalho. (MARX; ENGELS, 1955, P. 16, *apud* GORENDER; ALMEIDA, 1961).

Baseado nas desigualdades sociais, o MPC torna a questão social mais visível, demonstrando suas expressões na exploração do trabalho assalariado.

Conforme pesquisa realizada a respeito de questão social, foi possível compreender o

tema sob diferentes interpretações, a depender do ponto de vista de cada autor em relação ao assunto.

No entanto, grande parte dos autores pesquisados concorda que a questão social tem raízes na contradição entre o capital x trabalho, por se fundamentar na produção e a apropriação das riquezas socialmente produzidas, progressivamente maiores e mais concentradas nas mãos de um pequeno grupo da sociedade.

Portanto, a questão social é, segundo Yamamoto (2010, p. 27), “um fenômeno próprio do modo de produção capitalista, em que os interesses e as lutas de classes são antagônicas”. Por isto, a questão social está sempre vinculada a desigualdades e conflitos de interesse resultantes das contradições do capitalismo, que prejudicam aos menos favorecidos em favor da manutenção da ordem à classe dominante.

Novas tecnologias tornaram a sociedade e as relações de trabalho mais complexas. Um exemplo característico da nova ordem em vigor é o desemprego estrutural, que surge como nova roupagem para o setor informal, entendida como precarização e flexibilização das leis trabalhistas, além do investimento em automação, tecnologia e terceirização, advindos da doutrina neoliberal.

### **3 Desemprego estrutural: uma expressão da questão social**

Segundo Rifkin (2004, p. 8), o desemprego estrutural, ou desemprego tecnológico, resulta do “[...] ritmo acelerado da automação [que] está levando a economia global rapidamente para a era da fábrica sem trabalhadores”. Mais que automação e aceleração do trabalho, muitos outros aspectos estão por trás disso. A Questão Social, como resultado das desigualdades sociais, está também engendrada na relação capital X trabalho. Isto é mais visível a partir de 1970.

No começo da década de 1970, nos Estados Unidos, grandes avanços tecnológicos alteraram as estruturas da indústria e automatizaram o trabalho. Tal progresso flexibilizou o trabalho e encurtou os prazos para transporte de mercadoria, não apenas nos EUA, mas no Brasil. As relações entre patrão e empregado se tornam mais subjetivas, e o trabalho, mais precário, como afirma Maia (2006): “Ao contrário de uma desproletização, há uma significativa subproletarização do trabalho em virtude de diversas formas de trabalho: parcial, precário, terceirizado e subcontratado, vinculados à economia informal e ao setor de serviços” (MAIA, 2006, p. 35 apud ANTUNES, 2000, p. 35).

Do advento do neoliberalismo no Brasil, mais precisamente no fim dos anos de 1980,

decorrem muitas contradições, principalmente relativas a políticas públicas para a classe trabalhadora. Para entender como o neoliberalismo influenciou o mercado de trabalho é preciso analisar a conjuntura política brasileira.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso, mais conhecido pelas iniciais FHC, foi eleito presidente, sucedendo o governo de Itamar Franco. A partir de FHC, o Estado Neoliberal se consolidou, reduzindo a ação estatal e, conseqüentemente, aumentando a desigualdade social. Além disso, empresas estatais foram vendidas para o capital estrangeiro (MARCELINO, 2018 apud VIEIRA, 2015), a exemplo da Vale do Rio Doce, envolvida na produção de minério de ferro e de níquel.

O governo de FHC acentuou as desigualdades sociais e pouco investiu em direitos sociais voltados para o trabalhador. O governo Lula, social-liberal, também investiu em tecnologia, mas as despesas públicas foram direcionadas a áreas sociais, como “[...] educação, habitação, saneamento, saúde, previdência social, assistência social, trabalho e renda” (CARDOSO JÚNIOR, 2007, p. 12).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, a taxa de desemprego era de 12,9%, cerca de 13,2 milhões de brasileiros. Comparado a 2017, houve redução devida ao aumento da informalidade, que conteve a procura por emprego formal, questão abordada no tópico seguinte (SARAIVA, 2018).

Em 2018, a taxa de informalidade foi recorde. A taxa de desocupação alcançou 11,6%, com aumento de 528 mil pessoas trabalhando por conta própria e cerca de 498 mil pessoas no setor privado sem carteira assinada (SARAIVA, 2018).

Portanto, a informalidade se torna uma nova alternativa advinda do próprio capitalismo para subsistência da classe trabalhadora.

#### **4 Informalidade: uma nova roupagem**

O aumento da informalidade também atingiu Curitiba. Conforme Pontili, Begonzi e Lopes (2005), bem como pesquisa realizada pelo IBGE em 2000, 45,66% dos indivíduos em Curitiba eram trabalhadores informais. A pesquisa define como trabalhadores informais indivíduos que declaram trabalhar por conta própria, sem registro em carteira de trabalho, ou trabalhador não remunerado com idade entre 18 e 70 anos (PONTILI; BEBONZI; LOPES, 2005). À época, foi possível constatar que, mesmo Curitiba, uma metrópole, isto é, urbanizada, populosa, com um setor industrial grande, quase metade da força de trabalho atuava informalmente (PONTILI; BEGONZI; LOPES, 2005).

Os homens que trabalham na informalidade ganham mais que as mulheres. A quantidade de horas trabalhadas e o nível de escolaridade dos trabalhadores informais também influenciam suas rendas, de modo que quanto mais horas trabalhadas e escolaridade, maior a renda.

De acordo com Pontili, Bengozi e Lopes (2005, p. 7-11), surge um questionamento em relação a esses dados, pois a maioria tem pouca escolaridade, fator determinante para colocação desses trabalhadores no mercado formal.

Por que os trabalhadores abandonam os estudos precocemente? Pesquisas demonstram que, por pertencerem a famílias de baixa renda, tornam-se responsáveis por seu sustento ainda muito jovens. Conseqüentemente, decidem abandonar os estudos em razão da dificuldade de conciliar trabalho e escola, por trabalharem mais de quarenta horas semanais.

## **5 Trabalho informal: uma alternativa de sobrevivência em Curitiba**

Para fundamentar e comprovar o tema desta pesquisa foi necessário ir a campo conversar com trabalhadores informais. Identificaram-se as características que moldam suas identidades. Ambas são mulheres e residem em Curitiba, a primeira tem 47 anos e é a principal responsável pelo sustento da casa, enquanto a segunda, de 41 anos, complementa a renda de seu cônjuge.

As trabalhadoras possuem casa própria. A primeira reside com seus dois filhos; a segunda, com o marido e um filho. Também relataram trabalhar com registro em carteira por determinado período. A primeira estudou até o 6º ano do ensino fundamental e a outra concluiu o ensino médio.

Em relação à primeira trabalhadora, foi possível confirmar o que dizem Pontili, Bengozi e Lopes (2005, p. 7):

Além do mais, a renda dos trabalhadores informais [...] é fortemente influenciada pelo número de anos de estudo. Ou seja, quanto menos escolaridade esses trabalhadores possuem, menor é a sua renda. Apesar disso, a maioria deles possui pouca escolaridade [...] os trabalhadores que deixam a escola muito cedo tem que escolher entre ir para a escola ou ir trabalhar, para ajudar no sustento de sua família, o que levaria o estudo a acarretar um custo para a família [...].

Mesmo com algumas características distintas, ambas viram na informalidade alternativa de sobrevivência. Ao responderem por que trabalham sem carteira assinada, a trabalhadora 1 disse estar desempregada há cinco meses, após demissão, de modo que sua renda como faxineira, antes complementar, tornou-se principal. A trabalhadora 2 disse estar desempregada há 3 anos. Durante este período teve dificuldade de reinserção no mercado formal. Contudo,

sua experiência no ramo da confeitaria lhe deu oportunidade para iniciar o próprio negócio.

Ambas afirmaram não receber benefícios do governo, como o *Auxílio Brasil*, por exemplo, e alegam sobreviver com a renda do trabalho informal. A trabalhadora 1 diz “que não tem muita certeza se quer voltar a trabalhar com carteira assinada”, enquanto a trabalhadora 2 afirma não pretender voltar a trabalhar com carteira assinada. Elas se dizem felizes na informalidade, sentem-se mais livres por conta da flexibilidade de horário e de não terem a obrigação de prestar contas a patrões. As duas disseram não contribuir com a Previdência Social, mas sabem da importância deste recolhimento e pretendem começar a contribuir o mais breve possível.

Neste relato é possível fazer um contraponto, pois as vantagens alegadas pelas trabalhadoras para se sentirem mais felizes na informalidade compõem o discurso naturalizado do neoliberalismo, que reforça o individualismo e o espírito empreendedor, tirando do Estado e do sistema capitalista a responsabilidade por garantir pleno emprego. Portanto, toda a responsabilidade é do indivíduo, que subsiste apenas de sua força de trabalho. Conforme afirmam Viana e Silva (2018, p. 2114):

[...] a ideia de que o status social e profissional são resultados diretos da inteligência individual, da virtude e do trabalho duro – convence indivíduos isolados de que a falta de ascensão é um sinal de inutilidade inerente. A meritocracia neoliberal criou um ambiente cruel em que cada pessoa é seu próprio embaixador, o único porta-voz do seu próprio produto e corretor de seu próprio trabalho, em um mar de competição infinito.

Portanto, o Brasil, por ser país em desenvolvimento, tem determinadas características que se refletem na mão de obra. O trabalho informal é um desdobramento dessa mão de obra excedente, que não encontra oportunidade no mercado formal devido às exigências do capital monopolista, conforme relato das entrevistadas, que afirmaram ter pouca escolaridade, sem a qualificação requerida pelo mercado formal, de modo que se voltam à informalidade como estratégia de sobrevivência.

## **6 Considerações finais**

No decorrer desta pesquisa foi possível compreender as características dos trabalhadores informais na cidade de Curitiba, reflexo do cenário do setor informal no Brasil.

A informalidade está relacionada ao contexto histórico do país, que após abolir a escravidão descartou e considerou tal mão de obra inadequada para assumir os postos de trabalhos formais, sendo substituídos por imigrantes europeus. Por conta disso, formou-se um

contingente de pessoas sem ocupação definida, um grande exército de reserva em situação precária de trabalho.

Com o advento da globalização e do neoliberalismo, que no Brasil começou a ser implantado no início dos anos de 1990, a informalidade, com os avanços tecnológicos, teve um crescimento significativo devido ao desemprego estrutural e ao processo de automação que inaugurou a era das fábricas sem trabalhadores.

Para se manterem, esses trabalhadores começam a procurar novas formas de subsistência, e enxergam na informalidade uma alternativa de sobrevivência.

No entanto, é necessário elaborar políticas públicas para inclusão e conscientização desses trabalhadores na luta por direitos e melhores condições de trabalho, pois não são vistos como cidadãos por não usufruírem dos direitos sociais e trabalhistas garantidos nos artigos 6º e 7º da CF, que abrangem apenas trabalhadores com emprego formal. O texto da CF de 1988 diz que o trabalho é um direito social de todos, assim como os direitos trabalhistas decorrentes dessa conquista, como a previdência social, seguro social obrigatório para o trabalhador formal, que lhe garante aposentadoria (BRASIL, 1988).

## Referências

ALMEIDA, M. G.; CARMO, L. A.; SILVA, S. R. R. O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual. *In: IV SEMINÁRIO CETROS —NEODESENVOLVIMENTISMO, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL*, 4., Fortaleza, 2013. **Anais [...]**, Fortaleza: UECE, 2013. Disponível em: [http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/69-12758-08072013-174708.pdf](http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-12758-08072013-174708.pdf). Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 jun. 2022.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **De Volta para o Futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal**. Brasília: IPEA, 2007. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1310.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1310.pdf). Acesso em: 22 jun. 2022.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

MAIA, A. G. Transformações no mercado de trabalho e desigualdade social no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, out./dez. 2006. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000400017](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400017). Acesso em: 23 jun. 2022.

MARCELINO, C. A. A. S. **Estado e Serviço Social no Brasil, Aula 6**. Centro de Criação e Desenvolvimento Dialógico, 2019.

MARX, K. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 23-54. (Os pensadores).

PARADELLA, Rodrigo. Desemprego sobe e atinge 12,7 milhões de pessoas após dois trimestres de queda. **Agência IBGE Notícias**, [S.l.], 27 fev. 2019, 09:00. Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23867-desemprego-sobe-e-atinge-12-7-milhoes-de-pessoas-apos-dois-trimestres-de-queda>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PONTILI, R. M.; BONGOZI, S.; LOPES, J. L. **Trabalho informal no Paraná**: análise comparativa de duas mesorregiões. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2005. Disponível em: [http://www.ecopar.ufpr.br/artigos/a5\\_009.pdf](http://www.ecopar.ufpr.br/artigos/a5_009.pdf). Acesso em: 23 jun. 2022.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M. Books, 2004.

SARAIVA, Adriana. Desemprego cai para 11,6%, mas informalidade atinge nível recorde. **Agência IBGE Notícias**, [S.l.], 28 dez. 2018, 09:00. Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23465-desemprego-cai-para-11-6-mas-informalidade-atinge-nivel-recorde>. Acesso em: 23 jun. 2022.

VIANA, A. L. D.; SILVA, H. P. D. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2107-2117, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hMWpzWJRvVKC4h9TmMxJVtD/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.

VIEIRA, E. **A república brasileira 1951 – 2010**: de Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015.